Termos Gerais de Compra

1. Interpretação

1.1 Definições. As seguintes definições serão aplicadas a estes Termos:

Afiliada: pessoa jurídica (empresa) que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada por ou esteja sob controle comum conjuntamente com outra pessoa jurídica.

Legislação aplicável: leis, atos, normas, regulamentos, estatutos, portarias, determinações vinculantes ou equivalente, de qualquer país, conforme periodicamente adotados e aplicáveis a qualquer aspecto do Contrato com respeito ao local de constituição das Partes, escolha de legislação regente e jurisdição, conforme descrito na cláusula 22.12, ao Local de entrega ou qualquer outro fator pertinente que crie conexão com tal país.

Livros e registros: livros, registros, faturas e documentos de contabilidade pertinentes ao desempenho do Fornecedor em conformidade com o Contrato.

Causa: significa (i) Violação substancial não sanável e/ou (ii) omissão em sanar um descumprimento sanável (Violação substancial ou outro) dentro de 30 (trinta) dias da requisição pela outra Parte por escrito; e/ou (iii) Evento de insolvência na mais ampla medida permitida pela Legislação aplicável e/ou (iv) Força Maior que persistir por mais de 30 (trinta) dias.

Materiais do Cliente: todos os materiais, equipamento e ferramentas, projetos, especificações e dados fornecidos pelo Cliente ao Fornecedor.

Cliente: quaisquer Afiliadas de NATURA & CO que celebrarem Contrato com o Fornecedor.

Código de conduta: O Código de conduta da NATURA & CO para Fornecedores, conforme periodicamente comunicado ao Fornecedor e que formar parte integral do Contrato.

Data de início: data em que um Contrato se tornar vinculante para as Partes, de acordo com o descrito na cláusula 2.

Contrato: um Pedido realizado pelo Cliente e aceito pelo Fornecedor, inclusive estes Termos, o Código de Conduta e, por referência expressa somente, as Especificações e/ou Declarações e o Contrato de Proteção de Dados (DPA), se aplicável.

Controle: (com respeito a uma pessoa jurídica) a capacidade dessa pessoa de garantir a maneira pela qual as atividades da pessoa jurídica serão conduzidas, dirigidas ou gerenciadas, pela titularidade de ações ou poderes de voto.

Fatura apresentada corretamente: a fatura que (i) incluir o número do Pedido, endereço de faturamento completo, descrição das Mercadorias ou Serviços, preços unitários, quantidades, impostos correspondentes ou outras tachas ou referências exigidas pela Legislação aplicável, bem como totais estendidos; (ii) for emitida dentro de 12 (doze) meses após o Cliente receber as Mercadorias ou Serviços e (iii) for emitida de acordo com os procedimentos de faturamento do Cliente, que poderão incluir transmissão eletrônica da fatura por meio de um portal de aplicação digital especificado.

País: país em que o Cliente estiver sediado.

Leis de proteção de dados: toda Legislação aplicável referente a proteção de dados, regulamentos, exigências reguladoras e códigos de prática.

Local de entrega: local de entrega das Mercadorias e/ou Serviços acordados pelas Partes por escrito.

Contrato de Proteção de Dados (DPA): O contrato de proteção de dados padrão do Cliente (se estiver assinando separadamente) ou adendo (se anexado a um contrato comercial preexistente) o qual o Fornecedor tiver avaliado e concordado, ou outro documento sujeito a quaisquer modificações acordadas entre as Partes, que defina detalhadamente os respectivos direitos e responsabilidades das Partes com respeito ao processamento legal de Dados pessoais.

Controles de exportação: Leis de exportação, restrições, controles de segurança e regulamentações impostas nacional ou internacionalmente por governos, órgãos internacionais, agências e autoridades.

Força Maior: significa uma circunstância ou evento que estiver além do controle cabível de uma Parte, que por sua natureza não poderia ter sido previsto por essa Parte ou, que se pudesse ter sido previsto, seria inevitável, e que possa causar atraso ou falha no cumprimento integral ou parcial das obrigações da Parte segundo o Contrato.

Mercadorias: mercadorias previstas no Contrato e que precisam estar de acordo com quaisquer Especificações pertinentes. A referência a Mercadorias inclui software disponível no mercado (quando tratado como tal na Legislação aplicável), bem como produtos físicos (objetos) fornecidos ao Cliente pelo Fornecedor no contexto da prestação dos Serviços.

Itens incidentes: mercadorias e/ou serviços solicitados pelo Fornecedor por conta e às expensas do Cliente, integral ou parcialmente, bem como itens e ferramentas disponibilizados ao Fornecedor pelo Cliente para o único objetivo de cumprir o Contrato, que poderão incluir, entre outros, moldes, matrizes, plantas, maquetes, códigos-fonte de software, documentação etc.

Evento de insolvência: significa (i) suspensão do pagamento de dívidas; (ii) incapacidade de pagar dívidas; (iii) negociações coletivas com credores; (iv) pedido de liquidação; (v) pedido de nomeação de administrador, comissário da concordada ou síndico, ou quaisquer etapas preparatórias que levem a quaisquer dos acima, ou acordos equivalentes de acordo com a Legislação Aplicável.

Direitos de propriedade intelectual: significa patentes, direitos de reprodução, marcas registradas, denominações comerciais, projetos registrados, direitos sobre projetos, nomes de domínio, segredos de fabricação e outros direitos de propriedade intelectual, registrados ou não.

Violação relevante: refere-se a uma violação de termo relevante do Contrato (inclusive das cláusulas 3, 4.1, 4.2, 9, 11, 12.3, 14, 15, 22.3(a)) (observe que uma violação das cláusulas 9.1, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 14, 15 ou 22.3(a) ou falha na entrega dentro do prazo, quando as disposições contratuais deverem ser cumpridas em tempo hábil, será considerada uma Violação relevante não sanável).

NATURA & CO: NATURA & CO HOLDING S.A. e todas as suas Afiliadas

Pedido: Pedido do cliente para fornecimento de Mercadorias e/ou Serviços.

Parte: refere-se à parte que celebrar um Contrato, seja o Cliente ou o Fornecedor; **Partes** significará todas as partes que celebrarem o Contrato.

Dados pessoais: dados que puderem ser usados para direta ou indiretamente (em combinação com outros dados) identificar um indivíduo (pessoa física), conforme definido nas Leis de proteção de dados.

Preço: valor pagável acordado em consideração ao cumprimento das obrigações do Fornecedor conforme previsto no Contrato.

Declarações: declarações por escrito realizadas pelo Fornecedor (por exemplo em um documento ou equivalente de oferta ou proposta) pertinentes às Mercadorias ou Serviços.

Serviços: serviços a serem prestados pelo Fornecedor, previstos no Contrato e que poderão incluir software não incluído na definição de Mercadorias.

Especificações: especificações, descrições, exigências ou amostras acordadas e referentes a Mercadorias ou Serviços.

Fornecedor pessoa física ou jurídica com quem o Cliente estiver celebrando o Contrato.

Prazo: período durante o qual o Contrato permanecer vigente, da Data de início até a Rescisão.

Rescisão: rescisão do Contrato por qualquer motivo ou causa legal, inclusive como resultado de (i) conclusão do cumprimento do Contrato; ou (ii) data de expiração especificada no Contrato, se houver, ou (iii) exercício legal e eficiente por uma Parte de seus direitos de rescisão legais ou contratuais ou (iv) consentimento entre as Partes de rescindir o Contrato ou (v) qualquer outro fundamento legal para rescisão (por exemplo frustração do motivo do Contrato).

Termos: Estes Termos Gerais de Compra.

2. Regime contratual

- 2.1 Um Contrato entra em vigor quando um Pedido (do Cliente) é aceito (pelo Fornecedor) de acordo com a cláusula 2.3.
- 2.2 Estes Termos aplicam-se ao Contrato à exclusão de quaisquer outros termos os quais o Fornecedor buscar impor ou incorporar, ou os quais estiverem implícitos por atividade, hábito, prática ou curso de negociações, a menos que as Partes celebrem um contrato por escrito separado.
- 2.3 O Pedido constitui uma oferta feita pelo Cliente para compra de Mercadorias e/ou Serviços do Fornecedor em conformidade com estes Termos e as Especificações ou Declarações mencionadas no Pedido. O Pedido será considerado aceito quando (o que ocorrer primeiro):
 - (a) o Fornecedor emitir uma aceitação por escrito do Pedido; ou
 - (b) houver um ato ou palavra emitidos pelo Fornecedor que valham como cumprimento ou que impliquem, sem ambiguidades, uma promessa de cumprimento do Pedido.
- 2.4 Documentos e mensagens trocados eletronicamente (que não Especificações ou Declarações) terão valor comprobatório entre as Partes de modo a esclarecer o verdadeiro intuito das Partes em caso de ambiguidade, mas não serão parte do Contrato.
- 2.5 O Cliente não concede ao Fornecedor nenhuma exclusividade com respeito ao Contrato.

- 2.6 Em caso de conflito entre estes Termos e qualquer informação contida no Pedido, nas Especificações e/ou nas Declarações, estes Termos prevalecerão a menos que qualquer variação dos acima mencionados seja explicitada e por escrito e assinado por signatários autorizados das partes.

3. Obrigações gerais do fornecedor

- 3.1 Durante o Prazo, o Fornecedor:
 - (a) cumprirá com o desempenho ou datas de entrega/cronogramas ou outros marcos acordados especificados no Contrato;
 - (b) irá cooperar com o Cliente em todos os assuntos relativos ao Contrato e obedecerá a todas as instruções cabíveis do Cliente;
 - (c) trabalhará apenas com pessoal legalmente capaz, com habilidade e experiência para cumprir com as tarefas designadas a eles e em número suficiente para que as obrigações do Fornecedor sejam cumpridas em conformidade com o Contrato;
 - (d) irá cuidar para que todo equipamento, ferramentas e veículos (inclusive equipamento de segurança ou proteção pessoal) e outros itens estejam de acordo com as suas obrigações de acordo com o Contrato;
 - (e) irá utilizar materiais, mercadorias, padrões e técnicas da mais alta qualidade disponível a fim de cumprir com suas obrigações de acordo com este Contrato;
 - (f) irá obter e, em determinados momentos, manter, todas as licenças, permissões, autorizações, consentimentos e concessões disponíveis necessários, bem como disponibilizar documentação pertinente ao Cliente caso ele solicite, além de obedecer a todas as Leis aplicáveis referentes à segurança dos produtos;
 - (g) irá observar todas as leis e regulamentos de saúde e segurança, bem como outras exigências de segurança aplicáveis em quaisquer premissas do Cliente;
 - (h) irá manter todos os Materiais do cliente em custódia segura e sob responsabilidade própria, de modo que estejam em boas condições até que devolvidos ao Cliente, e não alienará ou usará os Materiais do cliente que não em conformidade com as instruções ou autorização por escrito do Cliente;
 - (i) não irá fazer ou omitir nada que ele saiba poder fazer com que o Cliente perca qualquer licença, autorização, consentimento ou permissão usada para conduzir seus negócios, e o Fornecedor reconhece que o Cliente poderá contar com o Fornecedor;
 - (j) irá cuidar para que seus empregados, ao visitarem as premissas do Cliente para prestar Serviços, tragam os próprios copos de bebida reutilizáveis, uma vez que o Cliente, de acordo com políticas de sustentabilidade, não oferece copos plásticos a visitantes;
 - (k) irá fornecer ao Cliente informações corretas; e
 - (l) imediatamente notificará o Cliente por escrito se o Fornecedor ficar ciente de um risco ou violação de qualquer exigência legal com respeito à segurança de um produto.

4. Fornecimento das Mercadorias

- 4.1 O Fornecedor garante que as Mercadorias:
 - (a) estão em conformidade com as Especificações, declarações e com o Contrato;

- (b) são de qualidade satisfatória e estão adequadas a qualquer objetivo oferecido pelo Fornecedor ou divulgado ao Fornecedor pelo Cliente, de forma expressa ou implícita pela lei. Com respeito a isso, o Cliente conta com a aptidão e discernimento do Fornecedor;
 - (c) estão livres de defeitos de fabricação, materiais e mão-de-obra. e permanecem assim por pelo menos 12 (doze) meses após entrega, ou por um período mais longo conforme estipulado na Legislação aplicável ou na garantia do fabricante ou do Fornecedor; e
 - (d) obedecem a todas as exigências da Legislação aplicável relativas à fabricação, identificação, embalagem, armazenamento, manuseio e entrega dessas mercadorias.
 - (e) não irão infringir os Direitos de Propriedade Intelectual de terceiros.
- 4.2 O Fornecedor ainda garante que ao efetuar a transferência das Mercadorias para o Cliente, o Fornecedor terá título válido relacionado a estas e com a transferência dessas Mercadorias para o Cliente irá transferir a titularidade ao Cliente sem quaisquer garantias reais, reivindicações, ônus, dívidas e direitos de terceiros de qualquer natureza.
- 4.3 O Fornecedor informará, quando houver auditoria (de acordo com a cláusula 22.1) ou quando solicitado pelo Cliente, a rastreabilidade de todas as Mercadorias fornecidas, bem como o relatório de auditoria dos seus respectivos fornecedores.
- 4.4 O Fornecedor não será responsável pela violação das garantias estabelecidas nas cláusulas 4.1© (com respeito a defeitos de criação) e 4.1(e) (com respeito a Direitos de Propriedade Intelectual gerados pelo Cliente) quando Mercadorias tiverem sido criadas ou desenvolvidas pelo Cliente e o Fornecedor tiver executado somente a fabricação contratual e também quando o Fornecedor seguir instruções por escrito do Cliente sobre uso de determinados materiais, ficando estabelecido que o Fornecedor informará o Cliente, sem atrasos, sobre problemas ou questões das quais ele ficar ciente e que estejam relacionadas às Especificações, instruções do Cliente ou Direitos de Propriedade Intelectual gerados pelo Cliente.
- 5. Entrega das Mercadorias**
- 5.1 Quando o Fornecedor fornecer Mercadorias, ele também cuidará para que:
- (a) as Mercadorias sejam entregues a tempo (durante horário comercial do Cliente) e integralmente, de acordo com quaisquer estipulações detalhadas no Contrato e, a menos que especificado de forma diferente no Contrato, as disposições do mesmo deverão ser cumpridas em tempo hábil;
 - (b) as Mercadorias estejam embaladas e protegidas de modo a permitir que cheguem ao destino em boas condições;
 - (c) cada entrega das Mercadorias seja acompanhada por um documento que mostre a data do Pedido, o número do Pedido (se houver), tipo e quantidade de Mercadorias (inclusive o número do código das Mercadorias (quando aplicável), instruções de armazenamento especiais (se houver) e, se as Mercadorias estiverem sendo entregues em etapas, o saldo de Mercadorias restante e a ser entregue;
 - (d) se o Fornecedor exigir que o Cliente devolva material de acondicionamento das Mercadorias ao Fornecedor, tal fato estará claramente declarado no documento de entrega. O material de acondicionamento só será devolvido ao Fornecedor pelo custo do Fornecedor; e
 - (e) se o Cliente decidir devolver as Mercadorias devido a descumprimento do Contrato, os custos de logística com a devolução serão pagos pelo Fornecedor, e reembolso total do Preço será feito ao Cliente, além de quaisquer custos de entrega ocasionados com a entrega inicial (a menos que entrega substituta seja acordada).
- 5.2 A entrega das Mercadorias será concluída após o fim do descarregamento das Mercadorias no Local de entrega.
- 5.3 Se o Fornecedor:
- (a) entregar menos de 85% da quantidade de Mercadorias solicitada, o Cliente poderá rejeitar as Mercadorias; ou
 - (b) entregar quantidade maior de Mercadorias do que a solicitada, o Cliente poderá, a seu critério, rejeitar o excedente, e quaisquer Mercadorias rejeitadas poderão ser devolvidas por conta e risco do Fornecedor. Se o Fornecedor entregar quantidade maior ou menor de Mercadorias que a solicitada e o Cliente aceitar a entrega, um ajuste proporcional será feito na fatura; ou
 - (c) se o Fornecedor entregar Mercadorias que não obedecerem às Especificações e/ou ao Contrato, o Cliente poderá, a seu exclusivo critério, rejeitar essas Mercadorias, e o Fornecedor permanecerá responsável por substituir as Mercadorias rejeitadas, sem atrasos e às expensas do Fornecedor.
- 5.4 Se o Pedido for para entrega de Mercadorias em parcelas, e o cumprimento da data de entrega for indispensável, se o Fornecedor deixar de entregar uma ou mais parcelas, o Cliente poderá rescindir ou suspender o Pedido e qualquer Contrato relacionado.
- 5.5 Caso surja algo que possa levar, de acordo com a Legislação aplicável, a uma necessidade de recall das Mercadorias, o Fornecedor: (i) irá imediatamente notificar o Cliente sobre a informação; (ii) não realizará declarações públicas substanciais sem o consentimento do Cliente, a menos que isso tenha sido legalmente exigido, e então notificará o Cliente, quando permitido e (iv) tomará todas as medidas reparatórias necessárias, ou até medidas processuais, conforme determinado para o Fornecedor pelas Leis Aplicáveis.
- 6. Prestação dos Serviços**
- 6.1 Quando o Fornecedor prestar os Serviços, ele cuidará para que:
- (a) os Serviços sejam realizados com devido zelo e habilidades, em conformidade com as melhores práticas e padrões comerciais do setor para serviços semelhantes;
 - (b) os Serviços estejam em conformidade com o Contrato;
 - (c) os Serviços não infringjam os Direitos de Propriedade Intelectual de terceiros;
 - (d) seja enviado, quando solicitado pelo Cliente, um relatório de acompanhamento dos Serviços, detalhando as atividades realizadas e os resultados obtidos;
 - (e) informe imediatamente o Cliente por escrito sobre quaisquer irregularidades na prestação dos Serviços ou obstáculos encontrados durante o cumprimento de suas atividades que afetem o seu cumprimento; e

(f) sejam corrigidos, às próprias expensas, dentro do período indicado pelo Cliente, os Serviços ou procedimentos que apresentarem defeitos ou imprecisões, ou atividades realizadas fora das conformidades das disposições das Especificações e/ou do Contrato. Caso essa disposição não seja cumprida, o Cliente adotará as medidas necessárias, entre as quais está providenciar a regulamentação diretamente por meio de terceiros, com transferência de custos para o Fornecedor.

7. Inspeções

7.1 O Cliente terá o direito de inspecionar e testar as Mercadorias e/ou Serviços a qualquer momento antes da entrega/conclusão.

(a) Se, após a inspeção ou teste, o Cliente definir que as Mercadorias ou Serviços não estão de acordo com as exigências do Contrato, o Cliente informará o Fornecedor sobre a necessidade de imediatamente tomar uma medida de reparo necessária para que a exigência seja cumprida, de acordo com as obrigações do Fornecedor e conforme o presente instrumento.

(b) Não obstante a realização de inspeção ou teste, o Fornecedor permanecerá totalmente responsável pelas Mercadorias e/ou Serviços, e a inspeção ou teste não reduzirá ou afetará de outra maneira as obrigações do Fornecedor de acordo com o Contrato. O Cliente terá direito de conduzir outras inspeções e testes após o Fornecedor tiver realizado suas medidas reparadoras.

8. Titularidade e risco

8.1 A titularidade e o risco às Mercadorias passarão do Fornecedor para o Cliente após entrega das Mercadorias.

8.2 Os Itens incidentes serão ou permanecerão propriedade exclusiva do Cliente e só serão usados pelo Fornecedor para execução do Contrato. A proteção e manutenção desses Itens incidentes será oferecida pelo Fornecedor às suas próprias expensas e risco. O Fornecedor acionará o seguro, se necessário, e providenciará provas para isso. O Fornecedor devolverá os Itens incidentes em boas condições após a primeira solicitação do Cliente e não poderá ficar com cópias sem o consentimento do Cliente.

8.3 O Fornecedor será pessoalmente responsável por adquirir direitos de propriedade detidos por terceiros, inclusive Direitos de IP, e assumirá responsabilidade por pedidos relacionados caso essa aquisição seja necessária para o Contrato.

9. Conformidade

9.1 O Fornecedor obedecerá (i) toda Legislação aplicável, especificamente aquelas de combate à corrupção, combate à lavagem de dinheiro, antitruste, licitação, direitos humanos, direitos trabalhistas, escravidão moderna, proteção de direitos de jovens e crianças e (ii) o Código de Conduta.

9.2 O Fornecedor também compromete-se a: (i) participar de workshops e treinamentos organizados pelo Cliente com respeito a seu Código de Conduta e (ii) divulgar o Código de Conduta a (e cobrar o cumprimento do mesmo por) seus representantes, empregados, fornecedores, subcontratados e outros que estiverem agindo em seu nome e que estiverem direta ou indiretamente envolvidos no objetivo do Contrato;

(iii) em circunstância alguma usar mão-de-obra escrava ou forçada; (iv) obedecer às convenções da Organização Internacional do Trabalho com respeito à eliminação da mão de obra infantil, igualdade, combate à discriminação e liberdade de associação.

9.3 O Fornecedor garante que (i) não é o alvo de nenhuma sanção econômica (do Conselho de Segurança da ONU, União Europeia, Estados Unidos, Brasil ou outro governo soberano) e (ii) até onde sabe, não é controlado ou objeto de usufruto por qualquer pessoa sujeita a tais sanções econômicas e (iii) não está engajado em processos ou sujeito a investigações de autoridades por suposta violação da lei de sanções econômicas e (iv) obedecerá às leis de sanções econômicas aplicáveis.

9.4 O Fornecedor garante que nenhuma Mercadoria (produtos acabados) ou ingredientes, manufaturados e/ou desenvolvidos pelo Fornecedor ou por quaisquer fornecedores ou subcontratados seus, foram testados em animais, em conformidade com e sujeito às normas previstas pela Cruelty Free International. Em caso de violação desta cláusula por parte do Fornecedor, o Cliente poderá devolver as Mercadorias, suspender as atividades comerciais ou rescindir o Contrato com vigência imediata.

9.5 As Partes obedecerão a Legislação aplicável referente à biodiversidade (compartilhamento de acesso e benefício), as políticas ambientais nacionais e as leis ambientais, e assumirá toda a responsabilidade por atividades que possam causar danos ao ambiente ou que gerar acesso ilegal à biodiversidade.

9.6 O Cliente e o Fornecedor obedecerão, cada um deles, aos Controles de Exportação. Antes de o Fornecedor exportar (ou pedir que o Cliente exporte) tecnologia ou materiais (inclusive dados do Cliente a partir de qualquer país) para cumprimento de suas obrigações sob o presente Contrato, o Fornecedor imediatamente (com cooperação e ajuda do Cliente): (1) identificará os Controles de exportação aplicáveis a essa tecnologia e materiais, inclusive as licenças exigidas, consentimentos, autorizações ou aprovações; (2) notificará o Cliente sobre tais Controles de exportação; (3) irá obter as licenças, consentimentos, autorizações e aprovações exigidos ou, se e conforme solicitado pelo Cliente, cooperará e ajudará o Cliente a obter tais licenças, consentimentos, autorizações ou aprovações; e (4) fornecerá documentos solicitados pelo Cliente para demonstrar que o Fornecedor está obedecendo aos Controles de exportação.

9.7 O Fornecedor manterá Livros e registros atualizados e completos durante o Prazo e por um mínimo de seis (6) anos depois (ou período mais longo conforme prescrito pela Legislação aplicável) para refletir, de forma clara, qualquer transação ou negócio realizado com respeito ao Contrato, e disponibilizará os mesmos aos representantes do Cliente devidamente autorizados.

9.8 O Fornecedor garante que notificará imediatamente o Cliente se ficar ciente ou suspeitar de violações das obrigações no presente definidas (especialmente segundo a cláusula 9). Além disso, cooperará integralmente em qualquer investigação e tomará as medidas cabíveis para sanar essa violação.

10. Tutelas do Cliente

- 10.1 Se o Fornecedor deixar de cumprir com suas obrigações de acordo com o Contrato, o Cliente terá, sem limitações a seus outros direitos ou tutelas, um ou mais dos seguintes direitos:
- (a) recusar-se a aceitar um cumprimento subsequente de prestação dos Serviços e/ou entrega de Mercadorias por parte do Fornecedor;
 - (b) recuperar junto ao Fornecedor quaisquer custos incorridos pelo Cliente ao se obter substituições para as Mercadorias e/ou Serviços junto a terceiros;
 - (c) reter na fonte os pagamentos até que a violação seja sanada;
 - (d) reivindicar e receber (por indenização) do Fornecedor indenizações por custos adicionais, prejuízos ou despesas incorridas pelo Cliente e atribuídos à incapacidade do Fornecedor de cumprir com tais datas (inclusive com respeito a custos judiciais ou multas); e
 - (e) exigir que o Fornecedor repare, substitua ou execute novamente as Mercadorias e/ou Serviços rejeitados, respectivamente, ou disponibilize reembolso total do preço das Mercadorias e/ou Serviços rejeitados (se pagos), bem como de todas as taxas adicionais pagas pelo Cliente.
- 10.2 Estes Termos serão estendidos a quaisquer Serviços de reparo ou substituição e/ou a Mercadorias de reparo ou substituição fornecidos pelo Fornecedor.
- 10.3 Os direitos do Cliente de acordo com quaisquer termos do Contrato são adicionais aos seus direitos e tutelas de acordo com qualquer outro termo ou de acordo com a Legislação aplicável.

11. Obrigações do Cliente

- 11.1 Em consideração ao fornecimento de Mercadorias e/ou Serviços pelo Fornecedor, o Cliente irá:
- (a) pagar as quantias incontroversas do Preço acordado a uma conta bancária designada por escrito pelo Fornecedor de acordo com a cláusula 12;
 - (b) disponibilizar ao Fornecedor acesso cabível em momento razoável às premissas do Cliente para fins de prestação dos Serviços; e
 - (c) disponibilizar as informações conforme o Fornecedor razoavelmente solicitar para cumprimento de suas obrigações de acordo com o Contrato e as quais o Cliente considera razoavelmente necessárias para tal fim.

12. Taxas e pagamento

- 12.1 O Preço a ser pago pelo Cliente ao Fornecedor será:
- (a) fixado durante o Prazo;
 - (b) incluirá os custos de matérias-primas, componentes, mão-de-obra, lucros do Fornecedor, impostos, embalagem, seguro e transporte ou outros custos relacionados às atividades do Fornecedor com respeito ao Contrato. Nenhuma cobrança extra será realizada a menos que acordado por escrito; e
 - (c) pagável dentro de 90 (noventa) dias (ou outro período separadamente acordado ou legalmente determinado) a partir: (o que ocorrer primeiro): (i) do recebimento de Mercadorias ou Serviços satisfatórios ou (ii) do final do mês em que uma Fatura corretamente enviada for

recebida, observando que o Cliente estará autorizado a reter o pagamento.

- 12.2 O Fornecedor enviará a fatura ao Cliente a qualquer momento após entrega das Mercadorias ou conclusão dos Serviços.
- 12.3 Se qualquer parte do valor faturado for genuinamente e em boa-fé contestada, o Cliente pagará o valor incontroverso e suspenderá o vencimento dos valores contestados até que a disputa seja sanada extrajudicialmente, dentro de um período cabível que não excederá 30 (trinta) dias, ou até que a disputa seja solucionada judicialmente.
- 12.4 Todas as quantias devidas pelo Cliente de acordo com o Contrato são cotadas e acordadas com inclusão do imposto sobre valor agregado ou imposto sobre vendas equivalente, como por exemplo Imposto sobre bens e serviços ou outros impostos pertinentes que, de acordo com a Legislação aplicável, possam ser de responsabilidade do Cliente, e o preço cotado e acordado corresponderá ao valor total final devido pelo Cliente, a menos que especificamente acordado de forma diferente no Contrato.
- 12.5 Cada Parte será solidariamente responsável por suas obrigações fiscais provenientes do Contrato e/ou destes Termos, independentemente da natureza e jurisdição. Se o Cliente for responsável, por virtude da lei ou decisão de uma autoridade administrativa, por reter ou pagar impostos, inclusive por meio de avisos de infração fiscal de qualquer natureza ou jurisdição e que sejam devidos pelo Fornecedor, estes Termos atribuem essa obrigação ao Fornecedor, e o valor será o equivalente ao imposto demandado.
- 12.6 O Fornecedor não cobrará juros por pagamento em atraso sobre um valor devido e vencido incontroverso que exceder (i) um mínimo ou (ii) metade de um valor máximo ou taxa prescrita ou definida pela Legislação aplicável local (o que for menor).
- 12.7 Juros por pagamento em atraso não serão cumulativos com outras multas de acordo com o Contrato ou com a Legislação aplicável.
- 12.8 O pagamento do Preço pelo Cliente ao Fornecedor não será, por si, interpretado como aceitação presumida e não isentará o Fornecedor de nenhuma obrigação.

13. Direitos de Propriedade Intelectual

- 13.1 Os Direitos de Propriedade Intelectual em todos os Materiais do Cliente e quaisquer Especificações são propriedade exclusiva do Cliente. A menos que acordado de forma contrária, o Fornecedor irá ceder ao Cliente titularidade perfeita e livre de ônus, com posse plena de todos os Direitos de Propriedade Intelectual sobre as Mercadorias ou sobre qualquer serviço criado pelo Fornecedor especificamente para o Cliente, ou serviço criado por terceiros de acordo com o Contrato em nome do Fornecedor (serviço esse também criado especificamente para o Cliente) para uso sem nenhum tipo de limitação, por exemplo com respeito a tempo, território ou meio, agora existente ou que possa existir no futuro. O Fornecedor irá realizar (e providenciará para que todos os empregados ou terceiros contratados para fornecer Mercadorias e Serviços realizem) todos os atos e ações, e assinará rapidamente todos os documentos conforme exigido pelo Cliente para fazer valer ou concluir tais cessões. Para evitar dúvidas, esta cláusula 13.1 não se aplica a Mercadorias "disponíveis para venda no mercado" por parte

do Fornecedor (por exemplo Mercadorias desenvolvidas pelo Fornecedor não especificamente para o Cliente e vendidas pelo Fornecedor ao mercado aberto).

- 13.2 A menos que especificamente acordado de forma diferente, nada nestes Termos será interpretado de modo a conferir a uma Parte o direito a uso dos Direitos de Propriedade Intelectual da outra Parte, como por exemplo denominação social, nomes de domínio, direitos de reprodução, título de estabelecimento, patentes, projetos, segredos comerciais e signos distintivos ou outras marcas registradas depositadas ou registradas pela outra Parte.

14. Confidencialidade

- 14.1 Uma Parte (**Parte Receptora**) manterá em total sigilo todo conhecimento técnico, especificações, invenções, processos ou iniciativas técnicas ou comerciais que forem de natureza confidencial (**Informações Confidenciais**) e que tiverem sido revelados à Parte Receptora pela outra parte (**Parte Reveladora**), seus empregados, agentes ou subcontratadas, bem como outras informações comerciais relativas às atividades da Parte Reveladora ou seus produtos ou serviços os quais a Parte Receptora puder obter. A Parte Receptora revelará essas Informações Confidenciais apenas a seus empregados, agentes ou subcontratados e conforme necessário para desconsiderar as obrigações da Parte Receptora de acordo com o Contrato, e cuidará para que esses empregados, agentes ou subcontratadas estejam sujeitos às obrigações de confidencialidade correspondentes àquelas vinculantes sobre a Parte Receptora.
- 14.2 As Informações confidenciais não incluem informações que: (a) sejam conhecidas pelo público geral ou estejam amplamente disponíveis, sem violações por parte da Parte Receptora nesse sentido; b) forem conhecidas pela Parte Receptora de forma não confidencial no momento da revelação; (c) tiverem sido de forma legal, não confidencial e independentemente desenvolvidas pela Parte Receptora ou tiverem sido obtidas junto a terceiros que tenham o direito de fazer tal revelação; (d) forem reveladas por escrito pela Parte Reveladora para o objetivo único de sua publicação; (e) estejam relacionadas a uma atividade que indique um ato ilegal cometido por qualquer Parte e do qual a outra Parte ficar ciente.
- 14.3 Se um contrato de confidencialidade separado for assinado entre as partes, esse contrato prevalecerá sobre esta cláusula.

15. Proteção de dados pessoais

- 15.1 Quando qualquer uma das Partes do Contrato for processar Dados Pessoais, as Partes obedecerão a todas as Leis de Proteção de Dados pertinentes e ao Contrato de Proteção de Dados.

16. Indenização

- 16.1 Não obstante qualquer outra informação contida nestes Termos, o Fornecedor indenizará o Cliente por todos os custos, despesas, danos e prejuízos (diretos ou indiretos) como consequência ou resultado de:
- (a) um pedido realizado ao Cliente por infração real ou alegada dos Direitos de Propriedade Intelectual de terceiros provenientes ou relacionados à produção,

fornecimento ou uso das Mercadorias ou recebimento, uso ou prestação dos Serviços;

- (b) violação por parte do Fornecedor das cláusulas 3 a 9, 12.5, 13 a 15 e/ou 22.8; e
- (c) um pedido apresentado por um consumidor ou por associação de consumidores, ou pedidos ou ações normativas realizadas por autoridade competentes, apresentadas com respeito a danos à saúde causados pelas Mercadorias ou Serviços.

17. Responsabilidade

- 17.1 Nada limitará ou excluirá a responsabilidade de uma Parte (seja direta ou indiretamente) por (i) morte, lesão corporal, danos a bens resultantes de negligência; (ii) declarações deturpadas fraudulentas; (iii) dolo; (iv) culpa grave ou (v) prejuízos cuja responsabilidade, segundo a Legislação aplicável, a Parte não estiver autorizada a excluir, restringir ou modificar.
- 17.2 Nada limitará ou excluirá a responsabilidade do Fornecedor em caso de *recall* de produto como descrito na cláusula 5.5 ou a responsabilidade do Fornecedor conforme estipulado na cláusula 16.

18. Seguro

- 18.1 Durante o Prazo e pelo período cabível posterior, o Fornecedor manterá vigente, junto a uma seguradora de boa reputação, um seguro adequado, conforme aplicável, como por exemplo seguro de indenização profissional, seguro de responsabilidade de produto e seguro de responsabilidade pública que cubra os passivos que puderem surgir de acordo com o Contrato, e a pedido do Cliente apresentará ambos os certificados de seguro com detalhes sobre a cobertura e o recibo correspondente ao ano corrente de cada seguro.

19. Prazo

- 19.1 Um Contrato permanecerá válido até que seja rescindido de acordo com a cláusula 20 ou até que o Pedido seja cumprido de acordo com seus termos, considerando que o cumprimento ocorra durante um período que poderá ser:
- (a) de duração muito limitada (por exemplo compras disponíveis ao público geral); ou
- (b) de duração mais longa (por exemplo cumprimento gradual durante um período maior, especificado ou não).

20. Rescisão

- 20.1 Por justa causa: sem limitações a seus outros direitos ou tutelas, qualquer Parte poderá rescindir o Contrato por justa causa com notificação por escrito à outra e com vigência imediata.
- 20.2 Sem justa causa: Sem limitações aos outros direitos ou tutelas, considerando-se a cláusula 19.1(b), quando o prazo do Contrato for superior aos períodos de aviso mencionados no presente:
- (a) o Cliente, sujeito à cláusula 21.2, poderá rescindir o Contrato (ou parte dele) sem justa causa e sem outras obrigações para com o Fornecedor mediante notificação por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência e apresentada a qualquer momento;
- (b) o Fornecedor poderá rescindir o Contrato sem justa causa apresentando ao Cliente notificação por escrito com 3

(três) meses de antecedência, e o Fornecedor reembolsará o Cliente, dentro de 5 (cinco) dias consecutivos, por todos os adiantamentos que cobrirem o período após a rescisão.

21. Consequências da rescisão

21.1 Após a rescisão do Contrato ou de qualquer parte dele, por qualquer motivo:

- (a) o Fornecedor imediatamente devolverá todos os Materiais do Cliente. Se o Fornecedor não o fizer, o Cliente poderá, sem limitações a outros direitos ou tutelas, e sujeito à Legislação aplicável, ingressar nas premissas do Fornecedor e tomar posse deles. Até que tenham sido devolvidos ou entregues, o Fornecedor será o único responsável pela proteção dos Materiais, e não usará eles para nenhum fim que não estiver relacionado ao Contrato;
- (b) o Fornecedor não poderá vender nem alienar, nem permitirá a venda ou alienação de Mercadorias detentoras de Direitos de Propriedade Intelectual do Cliente (inclusive Mercadorias rejeitadas) a ninguém que não o Cliente sem antes obter o expresso consentimento por escrito do Cliente.
- (c) o Fornecedor obedecerá a todas as instruções cabíveis fornecidas pelo Cliente quanto ao método de alienação das Mercadorias;
- (d) direitos e tutelas das Partes quando da rescisão não serão afetados, inclusive o direito de reivindicar indenizações com respeito a uma violação do Contrato existente na data de rescisão ou antes; e
- (e) as cláusulas que, expressamente ou por implicação, vigorarem após a rescisão continuarão em plena força e vigor, inclusive as cláusulas 14, 16, 17 e 18.

21.2 Em caso de rescisão de acordo com a cláusula 20.2(a), o Cliente reembolsará o Fornecedor por despesas gerais relativas a Mercadorias ou Serviços não acabados (trabalho em andamento) após a entrega ao Cliente.

22. Disposições gerais

22.1 *Auditoria:* Mediante solicitação, o Fornecedor enviará ao Cliente Livros e Registros conforme razoavelmente exigido para demonstrar a própria saúde financeira (ou a saúde financeira de suas subcontratadas, se houver), bem como comprovação de cumprimento das próprias obrigações (ou das subcontratadas, se houver) de acordo com o Contrato, inclusive conforme o Código de Conduta. O Fornecedor facilitará o acesso, a qualquer momento, de especialistas indicados ou contratados pelo Cliente de modo que sejam realizadas auditorias nas instalações do Fornecedor e nos locais onde as atividades contratadas forem realizadas. As auditorias serão realizadas periodicamente, de acordo com a frequência e elegibilidade conforme indicado pelo Cliente, mediante aviso com 5 (cinco) dias de antecedência, ou sem aviso (por amostragem) especificamente com respeito ao Código de Conduta. Os custos sociais/éticos de auditoria anuais serão pagos pelo Fornecedor, e outros custos de auditoria (inclusive verificações por amostragem) serão sustentados pelo Cliente, a menos que se encontre inconformidades, e nesse caso o Fornecedor arcará com os custos.

22.2 *Força Maior:* Nenhuma Parte será responsável pela outra como resultado de Força Maior.

22.3 *Cessão e subcontratação:*

- (a) O Fornecedor não irá ceder, transferir, cobrar, subcontratar ou negociar de outra maneira com nenhum de seus direitos (inclusive direitos de crédito) ou obrigações de acordo com o Contrato sem prévio consentimento por escrito do Cliente. O Fornecedor, em todos os casos, será totalmente responsável pelo desempenho de qualquer subcontratada.
- (b) O Cliente poderá, a qualquer momento, livremente e sem a aprovação prévia do Fornecedor, ceder, transferir, cobrar, subcontratar ou negociar de qualquer outra maneira todos ou quaisquer direitos seus de acordo com o Contrato, e poderá subcontratar ou delegar, de qualquer maneira, todas ou quaisquer obrigações suas de acordo com o Contrato a quaisquer Afiliadas suas, a terceiros ou ao agente.

22.4 *Notificações:*

- (a) Uma notificação ou outra comunicação que precise ser apresentada a uma Parte de acordo com o Contrato ou com respeito a ele será elaborada por escrito e entregue à outra Parte pessoalmente, ou será enviada por correio pré-pago com confirmação de entrega ou serviço de entrega, ao escritório comercial (em caso de uma empresa) ou (em qualquer outro caso) à sede social.
- (b) Esta cláusula não será aplicada a entrega de citações ou outros documentos em nenhuma ação legal. Para fins desta cláusula, "por escrito" não incluirá e-mails e, para evitar dúvidas, as notificações apresentadas de acordo com o Contrato não serão válidas se encaminhadas por e-mail.

22.5 *Renúncia e tutelas cumulativas:*

- (a) A renúncia a um direito de acordo com o Contrato só vigorará se por escrito e não será considerada renúncia a uma violação ou inadimplemento subsequentes. A omissão ou atraso por uma Parte no exercício de direitos ou tutelas de acordo com o Contrato ou pela Legislação aplicável não constituirá renúncia desse ou de qualquer outro direito ou tutela, nem impedirá ou restringirá o exercício futuro dos mesmos.
- (b) A menos que especificamente previsto de forma diferente, os direitos provenientes do Contrato são cumulativos e não excluem direitos previstos pela Legislação aplicável.

22.6 *Separação:*

- (a) Se um tribunal ou outra autoridade competente considerar que uma disposição (ou parte da disposição) do Contrato é inválida, ilegal ou inexecutável, a disposição ou parte dela, conforme exigido, será considerada excluída, e a validade e exequibilidade das outras disposições do Contrato não serão afetadas.
- (b) Se qualquer disposição inválida, inexecutável ou ilegal do Contrato for considerada válida, exequível e legal se alguma parte do mesmo tiver sido excluída, a disposição será válida com a modificação mínima necessária para que se torne legal, válida e exequível.

22.7 *Inexistência de parceria:* Nada contido neste Contrato ou nos Termos pretende, ou será considerada de modo a constituir uma parceria ou joint venture de nenhuma espécie entre as Partes, nem constituirá uma Parte como agente de outra

Parte para nenhum fim. Nenhuma Parte estará autorizada a atuar como agente em nome da outra Parte, ou a vincular a outra Parte de nenhuma maneira.

- 22.8 *Inexistência de vínculos trabalhistas*: O Fornecedor é o único empregador do Pessoal contratado para cumprir os Serviços e fornecer as Mercadorias, e, portanto, é responsável por todos os pagamentos de mão-de-obra, obrigações civis, fiscais e de previdência social relacionados a seus empregados, subcontratadas, agentes ou sócios nomeados para cumprimento do Contrato, não estando previstos ações trabalhistas contra o Cliente ("**Ações Trabalhistas**"). O Fornecedor indenizará, de forma integral, o Cliente por quaisquer Ações Trabalhistas (conforme cláusula 16) mesmo se o Cliente obtiver êxito em tais Ações Trabalhistas, e nesse caso o Fornecedor também indenizará o Cliente por multas, custos, honorários e despesas administrativas/processuais provenientes de procedimentos administrativos e ações trabalhistas relacionadas com essas Ações Trabalhistas contra o Cliente.
- 22.9 *Inexistência de dependência econômica*: O Fornecedor, pelo presente instrumento, declara que realiza suas atividades comerciais para outras empresas e possui capacidade comercial plena. Não está estabelecida nenhuma relação de dependência econômica entre o Fornecedor e o Cliente.
- 22.10 *Terceiros*: Aquele que não for parte do Contrato não terá direitos de acordo com ou com respeito a ele.
- 22.11 *Variações*: Qualquer variação ao Contrato, inclusive termos e condições adicionais, só será vinculante quando acordada por escrito e assinada pelas Partes.
- 22.12 *Lei Regente e jurisdição*: O Contrato, bem como lides ou pedidos provenientes ou relacionados a ele ou ao seu objeto ou constituição (inclusive lides ou pedidos não contratuais), serão regidos em conformidade com as leis do País e as Partes, irrevogavelmente, submetem-se à jurisdição exclusiva dos tribunais do País.
- 22.13 *Autoridade*: o indivíduo que celebrar o Contrato pela Parte e em nome dela declara e garante que tem autoridade para vincular essa Parte de acordo com os termos do Contrato.